

NIASSA ACOLHE DIÁLOGO JUVENIL PARA PROMOÇÃO DA PAZ, RECONCILIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA COESÃO SOCIAL

A juventude quer estar no centro da discussão da paz

- O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) realizou, no dia 18 de março de 2026, em Niassa, o Workshop de Estabelecimento e Fortalecimento de Núcleos de Diálogo Juvenil em Moçambique, com foco nas áreas urbanas e regiões afectadas por conflitos. O evento, foi realizado no âmbito da parceria com a Open Society Foundation, teve como objectivo principal criar, estruturar e reforçar os núcleos de diálogo juvenil em Niassa, enquanto mecanismos locais de promoção da coesão social, prevenção e resolução de conflitos, bem como de organização da juventude em torno de práticas de participação cívica e manifestações pacíficas.



Juventude, desigualdades estruturais e fragilidades institucionais: Uma leitura crítica dos caminhos para a coesão social em Moçambique



Salvado Raisse começa por defender que os desafios estruturais que moldam a condição juvenil em Moçambique resultam da articulação entre as dimensões política, económica e social do país, traduzindo-se em constrangimentos concretos nas experiências vividas pelos jovens em contextos de vulnerabilidade.

Sublinhou ainda, que embora Moçambique se afirme formalmente como um Estado de direito democrático, sustentado por mecanismos de representação política e pelo princípio da legalidade, a realidade evidencia um desfasamento persistente entre o quadro institucional e as práticas sociais. Este desfasamento manifesta-se através de episódios recorrentes de contestação social, tensões associadas aos processos eleitorais e elevados níveis de pobreza e subdesenvolvimento, colocando em evidência fragilidades estruturais do sistema de governação.

No que diz respeito à juventude, Raisse enfatizou que este grupo constitui a maioria demográfica do país, mas permanece entre os mais expostos às assimetrias estruturais. O desemprego e o subemprego, a precariedade das relações laborais, a limitação das oportunidades económicas, as restrições no acesso à educação e à habitação, bem como a persistência de condições de pobreza, foram identificados como factores determinantes na limitação das trajetórias de desenvolvimento individual e colectivo dos jovens.

No plano político, Raisse destacou a existência de expectativas elevadas por parte da juventude relativamente aos processos eleitorais, frequen-

temente percebidos como instrumentos de transformação social e melhoria das condições de vida. Contudo, defendeu que a recorrência de percepções de falta de transparência, alegações de irregularidades e fragilidades na confiança institucional, elementos que contribuem para o enfraquecimento da legitimidade das instituições públicas.

Neste quadro, foi discutido o recurso crescente a formas alternativas de expressão social e política, resultantes da limitação dos mecanismos formais de participação e resolução de conflitos. Estas formas incluem manifestações pacíficas, mobilização através de plataformas digitais e actos de desobediência civil, podendo, em determinados contextos, evoluir para episódios de violência. Foi igualmente salientado o impacto social e económico destas dinâmicas, com destaque para a perda de vidas humanas, a destruição de infraestruturas e o agravamento das condições de vida das comunidades.

Perante este cenário, foi defendida a necessidade de romper com ciclos recorrentes de instabilidade através do reforço de mecanismos de diálogo estruturado e inclusivo. Neste âmbito, os núcleos de diálogo juvenil foram apresentados como instrumentos de intervenção social orientados para a descentralização da participação, promovendo espaços regulares de auscultação, discussão de problemas locais e construção colectiva de soluções, com a participação articulada de jovens, líderes comunitários e actores institucionais.

Esta abordagem foi enquadrada como um mecanismo de promoção da inclusão da juventude nos processos de tomada de decisão, de reforço da participação cívica e de aproximação entre instituições e comunidades. Ao mesmo tempo, foi destacada a sua contribuição para a prevenção de conflitos e para o fortalecimento da coesão social em contextos marcados por fragilidades estruturais.

Por fim, Raisse reforçou que a ideia de que os desafios enfrentados pela juventude não apresentam uma natureza uniforme, variando em função das dinâmicas territoriais e das especificidades locais. Esta diversidade exige respostas contextualizadas, capazes de integrar soluções adaptadas às realidades concretas de cada comunidade.

Juventude, exclusão estrutural e crise de representação em contextos de vulnerabilidade em Moçambique



O debate mostrou que os desafios enfrentados pela juventude em Moçambique resultam de uma combinação de factores estruturais de natureza política, económica e social, que se materializam em experiências quotidianas marcadas por vulnerabilidade, exclusão e reduzidas oportunidades de integração socioeconómica.

Foi afirmado que, apesar de o país se organizar formalmente como um Estado de direito democrático, subsiste uma distância persistente entre o enquadramento institucional e a realidade vivida pelas comunidades. Essa distância manifesta-se em tensões recorrentes associadas a processos eleitorais, em episódios de contestação social e na persistência de níveis elevados de pobreza e subdesenvolvimento, os quais

limitam a confiança nas instituições públicas e fragilizam a coesão social.

A análise incidu, de forma reiterada, sobre a condição juvenil enquanto segmento maioritário da população e simultaneamente mais exposto às desigualdades estruturais. O desemprego e o subemprego, a precariedade das condições laborais, a exclusão dos mecanismos formais de acesso ao financiamento produtivo, as limitações no acesso à educação e à habitação e a persistência de condições de pobreza foram identificados como factores centrais na restrição das trajectórias de vida dos jovens e na limitação da sua participação plena na economia formal.

No domínio económico, foi sublinhada a desconexão entre potencial produtivo local e

inclusão efectiva nos programas públicos de desenvolvimento. Em diferentes contextos territoriais, foi evidenciado que a existência de recursos agrícolas, minerais e florestais não se traduz automaticamente em benefícios para as comunidades locais, devido à ausência de mecanismos inclusivos de financiamento, comercialização e redistribuição de valor.

No plano laboral, foi destacado que a inserção dos jovens no mercado de trabalho é frequentemente caracterizada por precariedade e ausência de protecção. Foram descritas situações de exploração laboral, salários abaixo dos mínimos estabelecidos, atrasos sistemáticos no pagamento e ausência de mecanismos efectivos de fiscalização, o que contribui para a desvalorização do trabalho juvenil e para a reprodução de ciclos de pobreza.

No plano político e institucional, foi reiterada a percepção de que os programas públicos de apoio à juventude não apresentam critérios transparentes e inclusivos de acesso. Foi igualmente apontada a existência de práticas de selecção percepcionadas como politizadas, o que contribui para a erosão da confiança nos mecanismos de intervenção estatal e reforça a sensação de exclusão.

A análise incluiu ainda a dimensão territorial da desigualdade, com destaque para o posicionamento periférico de determinadas províncias no processo de desenvolvimento nacional. Foi evidenciado que a fraca presença de investimentos estruturantes, a limitada acessibilidade infraestrutural e a reduzida visibilidade mediática contribuem para a marginalização de certas regiões, reforçando sentimentos de abandono e desigualdade territorial.

No domínio da governação dos recursos naturais, foi reiterada a percepção de que a exploração económica não se traduz em benefícios directos para as comunidades locais. Foram identificadas situações em que a exploração mineira e florestal ocorre sem mecanismos adequados de compensação, indemnização ou reinvestimento local, o que aprofunda desigualdades e alimenta tensões sociais.

A insegurança alimentar e a desnutrição foram

igualmente destacadas como expressões críticas da vulnerabilidade estrutural, mesmo em contextos com elevado potencial agrícola. A coexistência entre riqueza natural e privação alimentar foi apresentada como um indicador da ineficácia dos mecanismos de redistribuição e da fragilidade das políticas públicas de desenvolvimento rural.

No que respeita às dinâmicas de protesto social, foi sublinhada a necessidade de distinguir entre diferentes formas de manifestação, reconhecendo a coexistência de acções pacíficas e episódios de violência localizada. Foi igualmente enfatizada a importância de analisar estas dinâmicas à luz de factores estruturais acumulados, incluindo exclusão socioeconómica, ausência de representação efectiva e fragilidade dos canais institucionais de participação.

Foi ainda abordada a dimensão da saúde pública como factor de tensão social, destacando-se a limitação do acesso a cuidados de qualidade e a dependência de soluções externas, o que reforça percepções de desigualdade e fragilidade institucional. Neste contexto, foi também associada a degradação ambiental provocada por actividades extractivas ao agravamento de problemas de saúde nas comunidades.

A análise incluiu igualmente a questão da representação política e da legitimidade institucional, com destaque para a percepção de distanciamento entre cidadãos e instituições de governação. Foi evidenciada a existência de uma crise de confiança associada à limitada inclusão de diferentes vozes no espaço político formal.

De forma transversal, o debate convergiu na identificação de um conjunto de factores estruturais que condicionam a juventude, incluindo desemprego, pobreza, exclusão dos programas públicos, desigualdade territorial, fragilidade institucional e percepção de injustiça distributiva. Em simultâneo, foram apresentadas leituras distintas sobre as dinâmicas de protesto, variando entre interpretações que enfatizam a necessidade de diferenciação entre formas de manifestação e abordagens que as enquadram como expressão de frustrações acumuladas.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

